**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

As metas fiscais fixadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dos exercícios de 2013a 2015, que integram o Quadro Demonstrativo III, explicitam de forma inequívoca o firme compromisso da atual administração estadual com a permanente busca pelo equilíbrio fiscal.

As projeções para os próximos exercícios consolidam essa expectativa, com previsões de resultados primários positivos, e redução progressiva no nível de endividamento estadual, o que importa em variações negativas para as metas de resultado nominal a partir do exercício de 2017.

O menor resultado primário esperado para 2016 será decorrente da elevação nas despesas programadas para investimentos, cuja evolução em relação ao efetivamente realizado em 2014, será decorrente do maior volume de operações de crédito programadas.

O maior ingresso de operações de crédito se refletirá diretamente na maior variação do resultado nominal em 2016, a partir da ampliação da Dívida Consolidada de R\$4,7 bilhões em 2014 para R\$5 bilhões em 2015.

Em relação ao endividamento é sempre importante e necessário destacar que apesar dessa elevação no saldo da dívida, o Estado ainda possui uma margem para contratação de operações de crédito, de acordo com a legislação federal sobre a matéria.

De acordo com as resoluções do Senado Federal que tratam sobre os limites de endividamento dos Estados, estes podem alcançar uma Dívida Consolidada Líquida de até 200% da sua receita corrente líquida (RCL), o que no Pará correspondia a apenas 10% ao final do exercício de 2014.

O ingresso de novas operações de crédito no próximo triênio em nada irão comprometer a capacidade de endividamento estadual, observando-se, já a partir de 2016, uma inflexão na evolução da Dívida Consolidada Líquida, com variações negativas nos valores dos resultados nominais, a partir das amortizações efetuadas nos contratos em vigor e do menor volume previsto para ingresso desse tipo de receita.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexos de Metas Fiscais
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
LDO 2016
DEMONSTRATIVO III**

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	ANOS											
	2013	Var %	2014	Var %	2015	Var %	2016	Var %	2017	Var %	2018	Var %
Receita Total	17.073.918	19,64	18.656.885	9,27	20.597.297	10,40	22.781.731	10,61	24.541.995	7,26	26.574.705	8,28
Receitas Primárias (I)	16.292.072	20,86	17.704.535	8,67	19.572.739	10,55	21.827.140	11,52	23.659.267	8,39	25.796.052	9,03
Despesa Total	17.073.918	19,64	18.656.885	9,27	20.597.297	10,40	22.781.731	10,61	24.541.995	7,73	26.574.705	8,28
Despesas Primárias (II)	16.203.749	20,70	17.683.590	9,13	19.490.683	10,22	21.806.834	11,88	23.646.920	8,44	25.780.303	9,02
Resultado Primário III=(I-II)	88.323	60,66	20.945	(76,29)	82.057	291,77	20.306	(75,25)	12.347	(39,20)	15.748	27,55
Resultado Nominal	435.706	263,16	809.090	85,70	277.719	(65,68)	701.884	152,73	(293.928)	(141,88)	(275.041)	(6,43)
Dívida Pública Consolidada	4.037.106	10,20	4.755.665	17,80	4.238.775	(10,87)	5.237.907	23,57	5.093.939	(2,75)	4.972.523	(2,38)
Dívida Consolidada Líquida	3.017.300	16,56	2.809.773	(6,88)	2.084.467	(25,81)	2.862.940	37,35	2.579.563	(9,90)	2.315.330	(10,24)

Nota: Valores a preços Correntes

R\$ milhares

Especificação	ANOS											
	2013	Var %	2014	Var %	2015	Var %	2016	Var %	2017	Var %	2018	Var %
Receita Total	18.082.987	19,72	19.852.791	9,79	22.302.753	12,34	24.273.934	8,84	25.982.610	7,04	28.084.148	8,09
Receitas Primárias (I)	17.254.933	20,94	18.839.396	9,18	21.193.362	12,49	23.256.818	9,74	25.048.066	7,70	27.261.267	8,84
Despesa Total	18.082.987	19,72	19.852.791	9,79	22.302.753	12,34	24.273.934	8,84	25.982.610	7,04	28.084.148	8,09
Despesas Primárias (II)	17.161.391	20,78	18.817.108	9,65	21.104.512	12,16	23.235.182	10,10	25.034.994	7,75	27.244.625	8,83
Resultado Primário III=(I-II)	93.543	60,77	22.288	(76,17)	88.851	298,66	21.636	(75,65)	13.071	(39,58)	16.643	27,32
Resultado Nominal	461.456	263,40	860.953	86,57	300.714	(65,07)	747.858	148,69	(311.181)	(141,61)	(290.663)	(6,59)
Dívida Pública Consolidada	4.275.699	10,27	5.060.503	18,35	4.589.746	(9,30)	5.580.989	21,60	5.392.954	(3,37)	5.254.962	(2,56)
Dívida Consolidada Líquida	3.195.622	16,64	2.989.879	(6,44)	2.257.061	(24,51)	3.050.463	35,15	2.730.983	(10,47)	2.446.840	(10,40)

Fonte: SEPLAN/SEFA-CFIS

Nota: Valores constantes a preços do IPCA do respectivo ano projetado pela Fapespa.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS**

IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	7.778.003.386	82,04	5.529.690.291	70,77	4.616.377.012	82,83
Reservas	35.990.305	0,38	43.888.242	0,56	43.888.242	0,79
Resultado Acumulado	1.667.089.345	17,58	2.240.415.158	28,67	913.313.279	16,39
TOTAL	9.481.083.036	100,00	7.813.993.691	100,00	5.573.578.533	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio	229.570.339	61,82	(643.225.106)	(280,19)	(71.979.838)	11,19
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	141.793.329	38,18	872.795.445	380,19	(571.245.268)	88,81
TOTAL	371.363.669	100,00	229.570.339	100,00	(643.225.106)	100,00

FONTES: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 06/abr/2015 e Hora de emissão 12h e 48m.

Notas:

a) Elaborado em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais 5ª edição, aprovado por meio da Portaria (STN) nº 637, de 18 de outubro de 2012. Este demonstrativo evidencia a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- b) A Evolução do Patrimônio Líquido no triênio 2012 a 2014 alcançou os seguintes resultados patrimoniais acumulados nos exercícios R\$ 913 milhões, R\$ 2,240 bilhões e R\$ 1,667 bilhão, respectivamente.
- c) Em 2014 o PL apresentou um crescimento de 21,33% em relação a 2013, oriundo do resultado patrimonial positivo do exercício de 2014 de R\$ 1,667 bilhão apurado pela diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. As variações aumentativas foram superiores às diminutivas.
- d) As variações patrimoniais quantitativas aumentativas somaram R\$ 45,612 bilhões, compostas por: impostos, taxas e contribuições de melhoria; contribuições; exploração e venda de bens, serviços e direitos; variações patrimoniais aumentativas financeiras; transferências e delegações recebidas; valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos; outras variações patrimoniais aumentativas.
- e) As variações patrimoniais quantitativas diminutivas somaram R\$ 43,945 bilhões, compostas por: pessoal e encargos; benefícios previdenciários e assistenciais; uso de bens, serviços e consumo de capital fixo; variações patrimoniais diminutivas financeiras; transferências e delegações concedidas; desvalorização e perdas de ativo e incorporação de passivos; tributárias; outras variações patrimoniais diminutivas.
- f) O Patrimônio Líquido referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS), constituído pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV).